



REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO - RFDT

116 Revista Fórum de Direito Tributário (RFDT)
Belo Horizonte, ano 20, n. 116, mar./abr. 2022

Para acessá-la, o usuário deve visitar a [página da biblioteca](#) no portal TCU, realizar o login e selecionar a opção *Biblioteca Digital Fórum*.

DOCTRINA

[A capitalização da reserva de incentivos fiscais e seus efeitos para a pessoa jurídica e para seus sócios ou acionistas](#)

Fabiana Carsoni Fernandes, Paulo Coviello Filho

[Breves considerações sobre o papel dos Tribunais Administrativos Fiscais ante o sistema de jurisdição administrativa](#)

Raphael Silva Rodrigues, Rodrigo Almeida Magalhães, Thiago Penido Martins

[A preclusão da prova no procedimento administrativo tributário](#)

Fernando Cesar Barbo, Stéfano Vieira Machado Ferreira

[Parecer jurídico: inconstitucionalidade na incidência do ICMS na base da penalidade pecuniária do CADE](#)

Oswaldo Othon de P. Saraiva Filho

[IPI - Importação - Ausência de processo de industrialização - Importação direta, por encomenda e por conta e ordem de terceiros - Ação judicial procedente com coisa julgada - Decisão transitada em julgado anteriormente à reformulação jurisprudencial - Intangibilidade da coisa julgada produzida na ação protagonizada pelo consulente - Irrelevância do desfecho do RE no 646.648 para efeito de desconstituição da res judicata, sob pena de violação ao art. 5o, XXXVI, da CF - Opinião legal](#)

Ives Gandra da Silva Martins, Roberta de Amorim Dutra, Rogério Vidal Gandra Martins

[Parecer OAB/DF no 0001-2022: retenção do imposto de renda de sociedade advocatícia optante do SIMPLES NACIONAL](#)

Oswaldo Othon de P. Saraiva Neto

[Parecer SEI no 589/2021/ME: renúncia de receitas e o art. 14 da LRF](#)

Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos

[Nota SEI no 14/2021/PGFN-ME: análise do Acórdão TCU 2198/2020, que veicula “Possibilidade jurídica de concessão ou ampliação de benefício de natureza tributária mediante a demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO”](#)

André Barros

Parecer SEI no 13.881/2021/ME: Projeto de Lei Complementar do SF no 103/2021, que altera a LC no 116, de 31/7/2003, para explicitar a incidência do ISS sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga

Hilyn Hueb

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal - Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário - Repercussão geral - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e CONFINS - Definição constitucional de faturamento/ receita - Modulação dos efeitos - Alteração de com efeitos vinculantes e erga omnes - Impactos financeiros e administrativos da decisão - Modulação deferida dos efeitos do julgado - RE nº 574.706 - Fixação de tese

Supremo Tribunal Federal - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento - Recurso Extraordinário - COFINS e PIS - Base de cálculo - ICMS - Exclusão - Modulação de efeitos

Ementário

Tendências jurisprudenciais